

A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

Mariana Muhlenberg Soares^{1*}; Gabriela Peixoto Coelho-de-Souza²

Resumo:

Sabemos que a biodiversidade desempenha um papel central na prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e nesse sentido pesquisas vêm evidenciando que as comunidades tradicionais de pesca artesanal desempenham papel vital na conservação, seja dos ecossistemas aquáticos como terrestres. No contexto da emergência climática vivido no Rio Grande do Sul, em maio de 2024, estima-se que cerca de 20 mil famílias da pesca artesanal tenham sido impactadas diretamente. Desse modo, este estudo tem como objetivo analisar, considerando o reconhecimento do seu papel na etnoecologia política, como as comunidades de pesca artesanal no território do PAN Lagoas do Sul resistem, especialmente no contexto da catástrofe climática. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com 17 pescadoras artesanais e observação participante. Foi feita análise de conteúdo das manifestações sociais produzidas no contexto da catástrofe climática ocorrida no Rio Grande do Sul em maio de 2024. Notou-se que muitas manifestações foram a público, entretanto, poucas incluíram os pescadores artesanais. Entre essas destaca-se o documentário Redes que salvam: histórias de pescadores em uma enchente, a Carta Aberta da Rede Solidária em Defesa da Pesca Artesanal no Bioma Pampa, bem como a Carta das Agroflorestas e Soluções Baseadas na Natureza, como movimentos políticos envolvendo sociedade civil e instituições de ensino, ciência e tecnologia, que reconhecem a importância dos conhecimentos das pescadoras artesanais no enfrentamento às emergências climáticas,

^{1 2} Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (AsSsAN-CR); Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Rural; Faculdade de Ciências Econômicas; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Av. João Pessoa, 31 – Campus Centro – 90040-000. Porto Alegre/RS – Brasil.
^{1*}marianamuhlenberg@gmail.com; ²gabrielacoelho.ufrgs@gmail.com

2 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

e se somam às demandas políticas de proteção social, como também propondo programas de resiliência em seus territórios tradicionais. Como conclusão foi possível observar que as comunidades de pesca artesanal no Rio Grande do Sul estão envolvidas de diferentes formas na conservação da biodiversidade, sendo que as manifestações públicas de distintos setores da sociedade reconhecem o papel central de seus modos de vida na resiliência dos ecossistemas por elas manejados, reforçando a importância de políticas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas para os territórios tradicionais.

Palavras-chave: Etnoecologia; política; mudanças climáticas; pescadoras; segurança alimentar e nutricional

Abstract:

We know that biodiversity plays a central role in preventing, mitigating, and adapting to climate change, and in this sense, research has shown that traditional artisanal fishing communities play a vital role in the conservation of both aquatic and terrestrial ecosystems. In the context of the climate emergency experienced in Rio Grande do Sul in May 2024, it is estimated that around 20,000 artisanal fishing families were directly impacted. Thus, this study aims to analyze, considering the recognition of their role in political ethnoecology, how artisanal fishing communities in the Lagoas do Sul PAN territory resist, especially in the context of the climate catastrophe. The research follows a qualitative approach, with semi-structured interviews conducted with 17 artisanal fisherwomen and participant observation. A content analysis was carried out of the social demonstrations produced in the context of the climate catastrophe that occurred in Rio Grande do Sul in May 2024. It was noted that many demonstrations were public, however, few included artisanal fishermen. These include the documentary *Redes que salvam: histórias de pescander em uma flood*, the Open Letter from the Solidarity Network in Defense of Artisanal Fishing in the Pampa Biome, and the Letter of Agroforestry and Nature-Based Solutions, as political movements involving civil society and educational, science, and technology institutions that recognize the importance of the knowledge of artisanal fisherwomen in confronting climate emergencies, and join political demands for social protection, as well as proposing resilience programs in their traditional territories. In conclusion, it was possible to observe that artisanal fishing communities in Rio Grande do Sul are involved in biodiversity conservation in different ways, and public demonstrations by different sectors of society recognize the central role of their ways of life in the resilience of the ecosystems they manage, reinforcing the importance of climate change adaptation and mitigation policies for traditional territories.

Keywords: Ethnoecology; politics; climate change; fisherwomen; food and nutritional security

3 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

1. Introdução

Nas últimas décadas, especialmente no contexto das mudanças climáticas, o crescente interesse científico tem se debruçado sobre as interações e impactos entre as comunidades humanas e os ambientes. Em particular, as abordagens que integram “cultura e natureza” no campo da etnobiologia, em especial a etnoecologia, orientada a partir de conceitos como território (o que se define como “próprio”), paisagem (o que contém o “nosso”) e a instituição (o que regula o “nosso”), ao aproximar os saberes tradicionais com conhecimento científico, emerge como um campo crucial para a compreensão dessas interações, podendo indicar alternativas para o redirecionamento dos sistemas alimentares (CEPAL-NU et al., 2020).

A FAO (2018) classifica as transformações nos sistemas alimentares em três etapas: Tradicional (pré-industrial), Moderna (industrial) e Alternativa (pós-industrial). Em contraposição ao modelo industrial, que concentra capital e padroniza processos, entre as alternativas que vêm sendo construídas, no sentido do etnodesenvolvimento (LITTLE, 2002a), propõe-se um enfoque voltado às práticas, saberes dos diferentes grupos étnicos, destacando-se por características que refletem as especificidades dos territórios tradicionais, desde os ecossistemas, o manejo de produção e processamento, até o abastecimento, dietas, consumo e uso biológico dos alimentos pelas populações (COELHO-DE-SOUZA et al., 2020) (Figura 1).

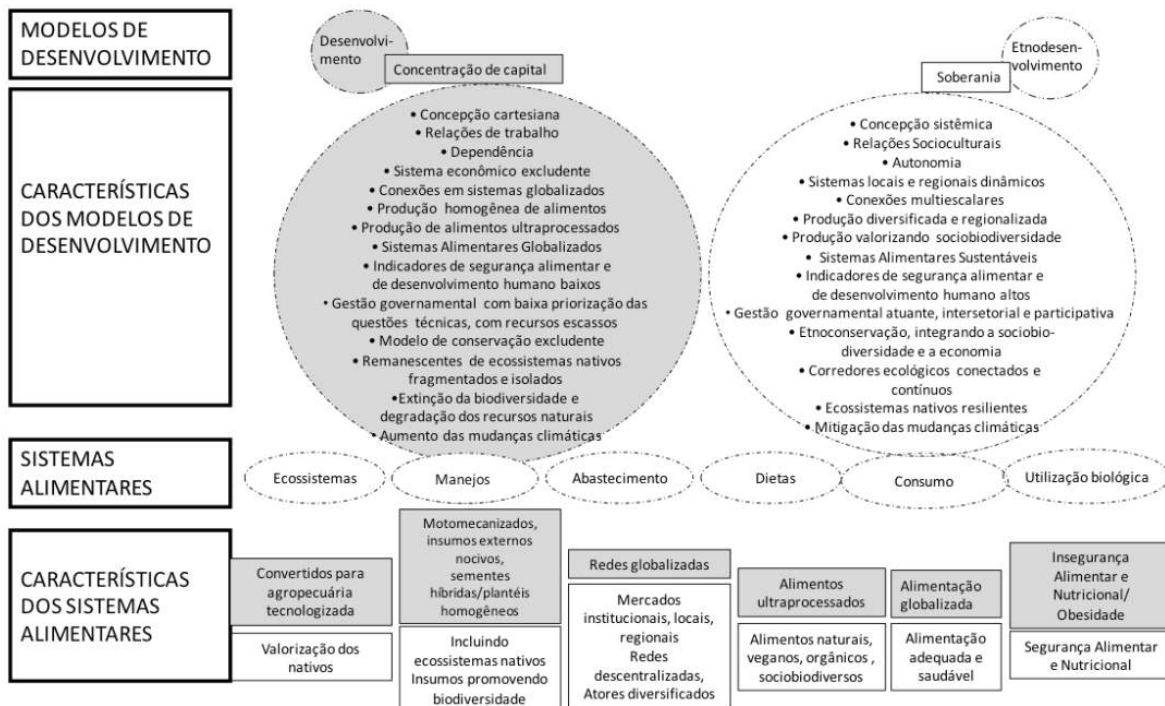


Figura 1: Modelos de sistemas alimentares, destacando características dos sistemas alimentares sustentáveis

Fonte: Coelho-de-Souza (2020)

4 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

Essas noções são fundamentais para uma análise crítica das dinâmicas ecológicas e sociais que moldam os sistemas alimentares, como a relação entre a degradação ambiental e a insegurança alimentar, que tem sido amplamente denunciada pelas populações e documentada em estudos recentes (FLORES, 2022). Pesquisadores como Miguel, Mazoyer e Roudart (2009) apontam que a persistência de padrões insustentáveis de exploração dos recursos naturais agrava a vulnerabilidade das populações rurais e aumenta os riscos de insegurança alimentar. Nessa perspectiva, a etnobiologia política vem se constituindo a partir de uma perspectiva de engajamento entre academia e populações tradicionais, podendo ser definida sucintamente como:

O estudo das diversas dimensões do conhecimento ecológico local – utilitária, ecológica, cognitiva e evolutiva – e de sua relação com as lutas de comunidades locais e povos tradicionais em defesa de suas práticas, seus territórios e sua própria existência (ALMADA & SANCHEZ, 2024 p. 44).

Para Latour (2014) um dos problemas que paralisam o desenvolvimento, se encontra na separação entre ciência e política, que manteve fatos e valores o mais separadamente possível. Nessa perspectiva, dialogando com a Ecologia Política (Leff, 2003), justiça ambiental (Bullard, 2005) e o ecologismo popular (Alier, 2007), o ramo da etnoecologia política representa uma abordagem inovadora ao explorar as formas como o conhecimento ecológico tradicional vem sendo mobilizado pelas comunidades para enfrentar momentos de crise.

Neste estudo, o foco recai sobre as comunidades de pesca artesanal no território das Lagoas do Sul, uma área que abriga uma rica biodiversidade e uma longa história de interação entre humanos e o ambiente. A pesca artesanal é uma atividade profundamente enraizada em sistemas culturais e ecológicos complexos, que envolve uma rica diversidade de práticas e conhecimentos transmitidos de geração em geração (BEGOSSE; CLAUZET; DYBALL, 2015). Essas comunidades muitas vezes estão localizadas em áreas ecologicamente sensíveis, como são as planícies costeiras, onde desempenham um papel crucial na conservação da biodiversidade, que necessita ser reconhecido e preservado (COELHO-DE-SOUZA, 2007).

A principal problemática identificada é a vulnerabilidade dos sistemas alimentares tradicionais, que sofrem com a degradação dos ecossistemas, especialmente em face das mudanças climáticas. Essa vulnerabilidade se amplifica pelo histórico de regulamentações inadequadas que desconsideram os manejos tradicionais, além da falta de apoio efetivo às comunidades pesqueiras na agenda política brasileira (HELLEBRANDT et al., 2012). Desse modo, como parte de um debate maior que levanta questões éticas sobre os “direitos dos povos” (LITTLE, 2002b), em um contexto de intensas transformações climáticas e ecológicas como as vivenciadas no Rio Grande do Sul do Brasil desde 2023, torna-se urgente explorar como as comunidades tradicionais de pesca artesanal têm resistido e se adaptado a essas mudanças.

Aqui, a perspectiva das mulheres pescadoras é central para a análise, pois elas desempenham papéis fundamentais na produção de alimentos desde a coleta, processamento e distribuição de recursos pesqueiros, sendo guardiãs de saberes

5 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

tradicionais centrais para a resiliência dos sistemas alimentares em face das mudanças climáticas, ao integrar saberes ecológicos locais com novas formas de adaptação (MARTÍNEZ et al., 2019).

Sendo também reconhecidas como importantes agentes na organização e mobilização comunitária (HELLEBRANDT; RIAL; LEITÃO, 2016), de modo que a análise proposta aqui não se limita à documentação de saberes e práticas tradicionais, mas também visa identificar em diferentes meios, como as redes sociais, as formas em que os conhecimentos ecológicos locais são mobilizados para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Ao explorar as interseções entre saber ecológico local, gênero e resiliência climática, este estudo busca contribuir para os debates que já vêm sendo produzidos em torno da segurança alimentar, justiça, equidade e conservação da sociobiodiversidade (SANTOS, 2024).

Conforme Little “a reintrodução de espaços sociais e naturais específicos no processo de produção e aplicação de conhecimentos e tecnologias requer atenção nos campos tanto epistemológico e metodológico quanto político e legal” (2002b p. 45). Dessa forma, a etnoecologia política, ao promover uma aproximação entre o conhecimento local e as esferas acadêmica e política, oferece ferramentas para uma análise crítica e uma plataforma para o diálogo entre saberes, criando oportunidades para o desenvolvimento de modelos de sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes.

2. Metodologia

A fim de compreender suas estratégias de resistência e acompanhar mobilizações coletivas da pesca artesanal no território do PAN Lagoas do Sul (Figura 2), grupos de mulheres pescadoras foram acompanhados em eventos e encontros espontâneos e casuais, compartilhando momentos informais como as feiras, festas, almoços ou conversações desinteressadas; e encontros mais formais em reuniões, eventos, Fóruns e entrevistas, no período de dezembro de 2022 a maio de 2024.

6 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL



Figura 2. Mapa da região geográfica de abrangência do PAN Lagoas do Sul

A participação nos eventos presenciais e virtuais objetivou auxiliar na identificação das redes sociais que envolvem contatos, vínculos e conexões que relacionam os atores sociais e naturais entre si. Em distintos níveis em que funcionam, a observação do ambiente organizacional e institucional buscou contribuir para descrever a maneira com que se inter-relacionam no complexo processo de luta sociopolítica e ambiental, que constituem desafios para a ecologia política (LITTLE, 2006).

A força deste método e referencial teórico está na possibilidade de investigação de situações concretas para investigar a integração entre as estruturas presentes e as ações, estratégias, constrangimentos, identidades e valores, dos padrões das relações entre indivíduos e grupos (pesca artesanal, comunidades tradicionais, mulheres, ambientalistas) envolvendo a concentração de poder, justiça e governança, em constante construção e reconstrução (SABATIER, 2007).

A pesquisa foi conduzida através de uma abordagem qualitativa, utilizando-se as técnicas de entrevistas semiestruturadas, com 17 pescadoras artesanais na região das lagoas do Sul do Brasil, observação participante e a análise de conteúdo de revisão bibliográfica, mídias sociais e análise dos manifestos sociais produzidos no contexto da catástrofe climática ocorrida no Rio Grande do Sul. A amostra foi selecionada pelo

7 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

método bola de neve, iniciando pela indicação de extensionistas da Emater-RS, a partir dos critérios: localização na área de abrangência do PAN Lagoas do Sul e auto identificação das mulheres como pescadoras artesanais.

O consentimento sobre sua participação na pesquisa e uso de imagem, foram consultados às pescadoras previamente e estando de acordo oficializaram pela assinatura dos termos de consentimento. Nele são explicitados a motivação do trabalho, a metodologia bem como o destino das informações. Este instrumento elaborado foi assinado pela pesquisadora e pelas pescadoras e ambas ficaram com cópias, sendo uma etapa muito importante da pesquisa, que se bem executada abre um espaço de diálogo entre pesquisadores e comunidades para que a pesquisa seja um vetor motivador e de empoderamento para as mulheres, as comunidades e os ecossistemas.

3. Resultados e discussões

Em face do avanço constante de sistemas de mercantilização da vida e das ameaças múltiplas à natureza, várias populações e comunidades locais têm implementado estratégias fundamentadas em seus conhecimentos tradicionais para proteger seus territórios e modos de vida (ALMADA & SANCHEZ, 2024).. A seguir, apresentamos algumas dessas estratégias no contexto das pescadoras artesanais, inicialmente a partir de uma análise histórica da participação política da pesca artesanal em sistemas alimentares sustentáveis. Na sequência são analisadas as manifestações políticas no contexto atual de emergência climática vivido na Região Sul do Brasil que envolvem as comunidades de pesca artesanal e se somam a essas estratégias em defesa do bem comum.

3.1 Trajetória da Pesca Artesanal na Etnoecologia Política

3.1.1 Construção política do socioambientalismo

Desde a década de 80, a partir de importantes debates no espaço político-acadêmico, o cenário político brasileiro vem sendo modificado, incluindo o reconhecimento dos Direitos dos Povos Tradicionais. Envolvendo os direitos humanos e culturais, direito à autodeterminação, direito ao meio ambiente e sobre o território, o ordenamento jurídico passou a incorporar princípios como o consentimento previamente informado e a repartição de benefícios (LAIRD; POSEY, 2002). Nos últimos anos etnoecologia política tem avançado no sentido de localizar as questões dos povos e comunidades tradicionais no âmbito dos processos políticos de conservação da biodiversidade, e mais recentemente aproximando temáticas relacionadas ao manejo dos recursos naturais da sociobiodiversidade, direito humano à alimentação adequada, justiça ambiental, entre outras, a exemplo dos Protocolos Comunitários Bioculturais (SANTORO et al., 2024).

De acordo com Kageyama & Santos (2012), avanços no âmbito da justiça ambiental, se relacionam ao cenário de regime democrático de direito no Brasil e ao contexto internacional. Com a redemocratização Brasileira, a partir da conjuntura de movimentos

8 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

sociais e ambientalistas, o socioambientalismo surge como alternativa ao conservacionismo/ preservacionismo. Com a instituição da Constituição Federal de 1988, passou-se a reconhecer ao Poder Público o dever de assegurar a proteção à diversidade biológica e à salvaguarda do patrimônio sociocultural brasileiro (Art. 225 e Art. 215), a preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético (Art. 225, § 1º, II) e a valorização da diversidade étnica e regional (Art. 215, § 3º) (SANTILLI, 2005).

Posteriormente, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em junho de 1992, esses princípios foram fortalecidos e incorporados aos documentos internacionais assinados durante a ECO-92, referências fundamentais de políticas públicas sociais e ambientais em todo o mundo e para o Direito Ambiental Internacional, inserindo definitivamente a questão socioambiental entre os grandes temas da agenda nacional e global. A Convenção de Diversidade Biológica (CDB) é um desses exemplos, cujos objetivos acordados por mais de cem países são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização dos recursos genéticos e dos saberes associados a esses.

Desde então, os compromissos firmados na CDB vêm sendo incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, mesmo que de modo por vezes inadequado e insuficiente, por meio de políticas públicas específicas, os povos e comunidades tradicionais passaram a ser atores políticos das ações socioambientais. Como por exemplo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000), com as Reservas Extrativistas e Reservas de Uso Sustentável, prevendo a permanência das populações tradicionais nesses territórios da União e orientando as concepções de uso sustentável e conservação da biodiversidade e o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (Sisgen), regulado pela Lei n.º 13.123/2015.

3.1.2 Políticas pesqueiras

Especificamente as políticas pesqueiras, durante décadas estiveram pautadas na geração de renda, especialmente na perspectiva da industrialização, deixando de lado as preocupações socioambientais. Contudo, conforme as políticas econômicas fomentaram a verticalização da atividade, impactando os recursos naturais dos quais dependiam, as comunidades de pesca artesanal passaram a demandar maior participação nas decisões políticas destinadas ao setor. Assim, no que diz respeito aos espaços de interlocução com a sociedade civil, o governo criou duas instâncias principais: foi criado o Conselho Nacional de Pesca (CONAPE) que é um órgão colegiado de caráter consultivo e as Conferências Nacionais com a finalidade de aferir as demandas de diferentes segmentos da sociedade civil. No âmbito estadual, o CONGAPES (Conselho Estadual de Pesca Sustentável), vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul, representa um espaço de elevado potencial de decisão, devido seu caráter consultivo, deliberativo, disciplinador da política pesqueira do Estado, que, no entanto, ainda não é plenamente gerenciado pelas organizações pesqueiras.

9 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

Como resultado das conferências nacionais de pesca, suas discussões revelaram a necessidade de estabelecimento de parcerias, bem como a construção de estruturas e políticas públicas direcionadas para as comunidades tradicionais de pesca artesanal. Nesse contexto houve a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, também contando com unidades descentralizadas das Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura nos Estados e no Distrito Federal, às quais compete a execução das políticas, programas e ações do MPA junto às comunidades e, concomitantemente, a aprovação do marco legal para a pesca no país, a Lei nº 11.959 de 2009 a que regula as atividades pesqueiras e dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

Atualmente a estrutura do Ministério da Pesca e Aquicultura conta com uma Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, incluindo o Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações; e o Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento. Contando com espaços de participação da sociedade civil para definir os rumos das ações governamentais voltadas para a pesca artesanal como os Grupos de Trabalho (GTs) da Secretaria da Pesca Artesanal em relação aos temas de Legislação, Territórios e Mulheres e o Fórum Nacional da Pesca Artesanal, espaço que congrega organizações de pescadores e pescadoras artesanais e de apoio à pesca artesanal, para debaterem os temas mais urgentes de interesse.

Desse modo, a pesca artesanal, como uma atividade tradicional fundamental para a subsistência de diversas comunidades, em vista do não reconhecimento de seus territórios, desvalorização de suas práticas tradicionais acumuladas ao longo de gerações, aliado à tendência à uniformização das políticas públicas, ainda têm enfrentado conflitos com leis e normas governamentais (MENDONÇA, 2006). É o caso da proibição da pesca dos bagres no estado do Rio Grande do Sul² que vem causando impactos no sustento das famílias da pesca artesanal. Sobre os impactos nos estoques pesqueiros e na vida as pescadoras elas revelam:

O problema é que a Industrial acaba mais com recurso do que artesanal. Nós vamos ali, o pescador artesanal não vai ali para ficar rico, ele vai ali para se manter. A safra do bagre já ajudava bem a renda do pescador. É um crime o que fizeram com o pescador mas fazer o quê? Precisaria fazer uma revisão, porque a safra do bagre é muito estranha, as pessoas ficavam com medo de errar as datas. Aí eles viram nos papeis que não tinha bagre mas tem muito bagre. (Entrevistada "A", Colônia Z3 - Pelotas/RS, maio de 2023).

As pescadoras ao passo que denunciam a inconsistência das regras de preservação ambiental usadas pelo estado vem propondo outras formas de incentivar o uso sustentável e a restauração dos ecossistemas, onde elas e o ambiente podem se beneficiar mutuamente (TSING, 2012) (Figura 3). Recentemente, a partir da participação política das comunidades tradicionais no Rio Grande do Sul, a Lei 15.223/2018, também conhecida como "Lei das 12 Milhas", proíbe a pesca de arrasto na costa do Rio Grande do Sul, sendo reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como "de acordo com a Constituição Federal" por atender aos interesses da sociedade como um todo.

² Decreto Nº 51.797, de 8 de setembro de 2014

10 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL



Figura 3: Cartazes pendurados na garagem da Entrevistada “V”.

Fonte: Autora (Março de 2023, Ilha dos Marinheiros, Rio Grande - RS)

Apesar desse cenário, a recente conquista representada pelo programa 'Povos da Pesca Artesanal' ressalta a importância da resistência histórica das organizações sociais pesqueiras contra esses processos de apagamento (BRITO, 2016). O Programa Povos da Pesca Artesanal, instituído pelo Decreto nº 11.626, de 2 de agosto de 2023 (BRASIL, 2023), é considerado pelos movimentos sociais pesqueiros como uma oportunidade de se romper o silêncio nas últimas décadas imposto as pescadoras artesanais perante o governo federal, também de reflexão dos avanços que houveram, como o conceito de pescador e pescadora artesanal, considerado não só em relação a atividade pesqueira, mas observado o modo de vida (SILVEIRA, 2022). Nesse sentido, as comunidades de pesca artesanal vêm se articulando para a construção de uma “Nova Política Pesqueira” em parceria com a Organização Não Governamental - Oceana Brasil. Nessa proposta 20 pontos são reivindicados pelas pescadoras artesanais:

1. Respeito à identidade de pescadora;
2. Fim da violência institucional causada pela falta de preparo e treinamento dos profissionais do governo que atendem as pescadoras e marisqueiras;
3. Garantia do direito a mais espaços de comercialização dos produtos;
4. Criação de programas de atenção especializada à saúde das mulheres pescadoras e marisqueiras, inclusive para a saúde emocional, com profissionais de saúde treinados e qualificados para atender as

11 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

comunidades pesqueiras e que se estendam a toda a cadeia produtiva da pesca;

5. Criação de programas de incentivo à agregação de valor aos produtos;
6. Desburocratização dos Registros de Pescadora e Marisqueira (emissão de RGP);
7. Reconhecimento pelo INSS, das doenças ocupacionais das mulheres na pesca e mariscagem;
8. Criação de programas de incentivo à independência financeira;
9. Criação de programas de formação e capacitação para novas lideranças femininas na pesca e para seus/suas filhos/as;
10. Garantia de participação e direitos nos espaços de tomada de decisão, como conselhos, comitês, grupos de trabalho, dentre outros;
11. Reconhecimento à cultura e aos saberes tradicionais – inclusive para fins de pesquisa e demais ações das universidades e dos governos;
12. Fim das ameaças contra as mulheres nos territórios de pesca e maretórios;
13. Fortalecimento dos coletivos de mulheres que vivem em comunidades tradicionais pesqueiras;
14. Garantia de defeso para mulheres marisqueiras;
16. Visibilidades nos cursos universitários para mulheres da pesca;
15. Ampliação do seguro dde e reconhecimento para as mulheres das águas e dos mangues;
17. Fim do racismo e do machismo;
18. Direito à aposentadoria, auxílio-doença, licença-maternidade e todos os demais direitos, sem precisar de documentação complementar dos homens (maridos, filhos, irmãos);
19. Criação de um banco de dados único das pescadoras, para que seu histórico de pescadora/marisqueira/trabalhadora da pesca seja reconhecido, sem necessidade de comprovações complementares;
20. Garantia de proteção e reconhecimento dos territórios e maretórios.

Assim, ao visualizarmos a trajetória das políticas públicas para a pesca artesanal, é possível notar ao longo do tempo a evolução do olhar do estado sobre as comunidades tradicionais de pesca, que recentemente passa a reconhecer e incentivar a valorizar sua cultura através de políticas públicas. De modo que é possível perceber que a percepção que os indivíduos têm vem influenciando o processo de formulação de políticas públicas

12 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

e mudando as diretrizes e objetivos dessas políticas, não definidas unicamente pelos processos objetivos de crescimento econômico e eficiência no uso dos recursos naturais, mas também por transformações nas crenças, ideias e valores que formam paradigmas socioambientais de sustentabilidade.

3.1.3 Mulheres Pescadoras em defesa da Segurança Alimentar e Nutricional

Tendo em vista a complexa e contraditória institucionalização de práticas participativas no Brasil, a invisibilização jurídica das mulheres pescadoras (DA SILVA; DE AGUIAR, 2011), se mantém intrínseca à lógica estrutural de apropriação dos territórios, pode ser considerada um mecanismo jurídico de reprodução da negação histórica de direitos, revelando consequências sobre a renda e a segurança alimentar das mulheres. Na contramão dos avanços da etnoecologia política até aqui relatados, Emma Siliprandi aponta (2012, p 146):

Podemos afirmar, então, que as mulheres acumularam conhecimento e experiência em áreas estratégicas para a promoção de hábitos saudáveis. Entretanto, normalmente, seu conhecimento e sua importância como sujeitos políticos são pouco valorizados e reconhecidos. O número de mulheres que participam de processos de decisão e que estão em posição de destaque nas organizações públicas e da sociedade civil, ligados ao tema ainda é desproporcional à sua importância estratégica.

Nesse sentido, as mulheres da pesca artesanal vêm se empoderando da identidade “pescadora” e se mobilizando a partir de diferentes articulações políticas em defesa de seus modos de vida, de territórios e da própria existência.

“E o papel da pescadora em fortalecer o território é no cuidado que a gente tem com ele, a gente ocupa ele, a gente cuida, e a gente tem que se reconhecer e reconhecer o território da gente. Só nesse momento que a gente vai ter força para lutar por ele, no momento que ela se reconhecer e começar a gritar e dizer ‘eu sou pescadora’ vamos nos fortalecer e muito! Porque nós temos muita força, só falta é a mulher... na verdade não é ela, os governos as pessoas que fazem ela ficar oprimida, a não se reconhecer. Então no momento que ela deixar de ter vergonha a gente vai alavancar é que o sistema faz elas terem vergonha de dizer quem são (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Como exemplo, a experiência da Associação de Pescadoras Amigas da Lagoa, de São Lourenço do Sul-RS representa uma gama de iniciativas de defesa de direitos sociais e de (re)existência da pesca artesanal que se relacionam com a construção de sistemas alimentares sustentáveis. As pescadoras da Associação, desde a fundação em 2005, vêm participando de feiras e eventos como 1ª Festa do Peixe - “Peixe no prato é saúde na mesa” em 2009, o 4º Jantar Sabores Culturais de São Lourenço do Sul em 2013, a 1º Festival da Tainha na Taquara em 2022, e recentemente do Encontro das Pescadoras das Lagoas dos Patos, Peixe, Mirim e Mangueira em 2023, que contou com a participação de mais de 100

13 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

pescadoras de 8 municípios do Estado, além de representantes governamentais e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande.

A análise do panorama político construído pelas pescadoras a partir do Encontro das Pescadoras das Lagoas dos Patos, Peixe, Mirim e Mangueira, visto de um ponto de vista sistêmico, apresenta pontos chave para pensarmos a construção de sistemas alimentares sustentáveis no território das Lagoas do Sul em relação à presença das pescadoras nos ambientes institucionais e organizacionais. Sendo reveladas necessidades de aproximação do estado para garantir apoio, acesso aos direitos e reconhecimento às pescadoras, somando esforços na luta por justiça ambiental e resistência frente à mercantilização da vida (Figura 4).



Figura 4: Encontro das Pescadoras das Lagoas dos Patos, Peixe, Mirim e Mangueira (São Lourenço do Sul- Abril de 2023)

A partir do encontro das pescadoras essas lutas tiveram sua exposição ampliada para o público presente e para as mídias sociais que acompanharam o evento. Com isso construindo um panorama político fortalecido na defesa de seu território, incluindo os valores referentes aos serviços ecossistêmicos de provisão, expressos nas falas sobre o reconhecimento da saúde dos ecossistemas, a saúde dos alimentos e de seus corpos em integração (FLORES, 2022).

A 1ª Conferência de SAN dos Povos da Águas (2023), também possibilitou discutir os impactos da desterritorialização no sentido imaterial, se referindo as incompatibilidades das legislações ao seu contexto sociocultural, e material, resistindo contra a destruição dos ecossistemas, às mudanças do clima, a exclusão do acesso aos recursos, relacionada

14 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

especialmente à segurança hídrica (SACRAMENTO, 2015; MORAES, 2019), fechando o ciclo do sistema alimentar (Figura 5).

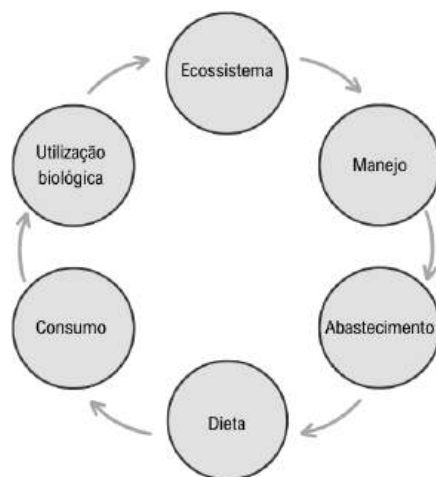


Figura 5. Representação da circularidade e conexão entre os elos dos sistemas alimentares a partir das interações com os corpos-territórios das pescadoras

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa.

Segundo Lia Barbosa (2020), a relação de interdependência com o território, apontada através das experiências de resistência das mulheres na América Latina, nos dá subsídios para reflexões encarnadas sobre o cuidado com a Terra. Como se observa a partir do respeito das pescadoras aos ciclos das espécies e zelo pela proteção do ambiente de onde tiram seu alimento, que lhes atribui, para além da caracterização de usuárias da lagoa, o mérito de guardiãs da natureza. A pescadora “V” compartilha tal relação:

A gente trabalha de primeiro de outubro a 31 de maio, esse é o período em que a gente pode trabalhar, depois a gente entra no defeso aí a época que a gente tem que respeitar a proteção da Lagoa para depois a gente ter mais do que pescar... Somos guardiãs da natureza porque todo o lixo que é jogado dentro da Lagoa dos Patos que vem nas nossas redes a gente traz para nossa casa e dá o destino correto. Ao contrário do que o governo diz, que nós somos predadores, nós somos guardiões da natureza porque se nos dessem o real respeito que a gente merece nós não íamos estar no momento em que nós estamos, com tanta poluição. Não, o predador é o governo. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

O relato da pescadora ao mesmo tempo que revela a visão da pescadora a respeito do cuidado com o território, mostrando a preocupação das comunidades tradicionais com a proteção ambiental, denuncia as fragilidades do estado em proteger os recursos naturais dos interesses do mercado (Figuras 6 e 7). Visto que os impactos ambientais são sentidos de maneira mais rápida por aquelas que mantêm uma relação de proximidade com essas áreas (GARCIA, 2017), sobre os empreendimentos e os processos de desterritorialização apontam:

15 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

Porque pelo que a gente está vendo não vai demorar não vai ter mais pesca que artesanal, o governo já excluiu de todas as formas o modo de vida nosso. Estão tentando matar de todas as formas. Está conseguindo porque hoje temos ameaças das eólicas ameaças da mineração no rio Camaquã e no estreito de São José do Norte, só que a OIT 169 que diz que nós os povos tradicionais precisamos ser reconhecidos! Só que o governo também não vê isso aí... Aqui nós somos uma comunidade tradicional e o poder público fechou os olhos totalmente para nós. (Entrevistada "V", Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

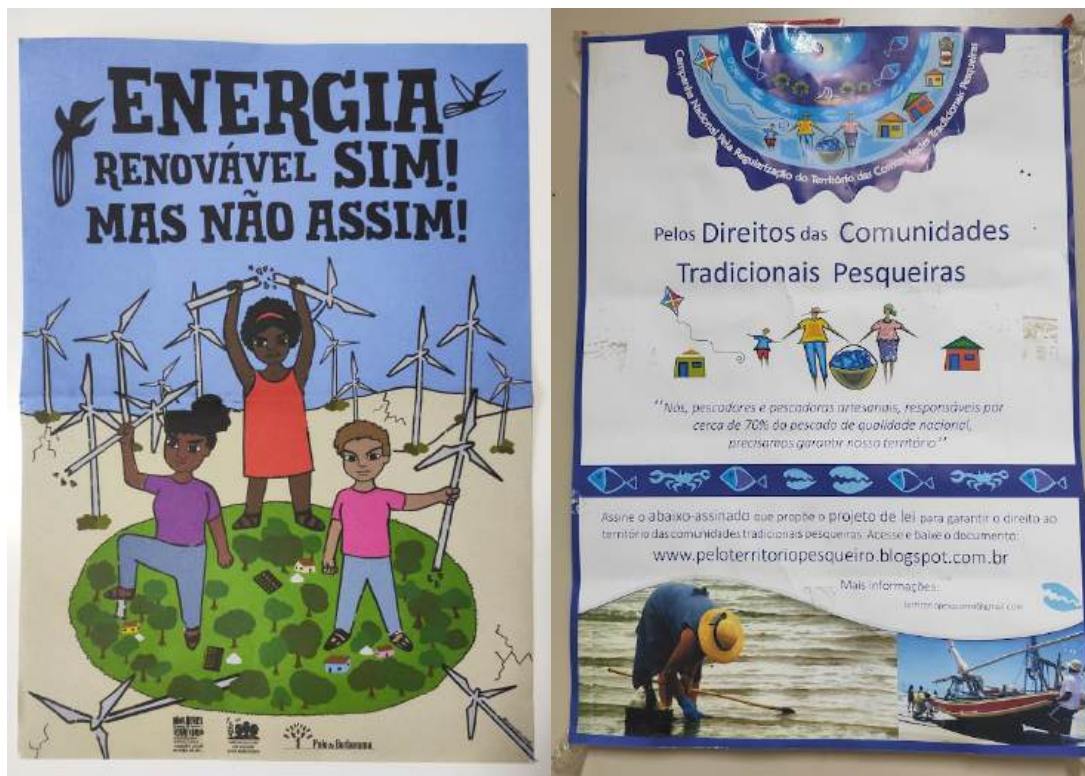


Figura 6 e 7: Cartazes em defesa dos direitos das comunidades tradicionais por seus territórios

Fonte: Autora (Novembro de 2023, Rio de Janeiro - RJ; Fevereiro de 2023, São José do Norte- RS)

Desse modo, pode-se entender que graças às costuras feitas pelas pescadoras, que expõem a ligação entre os ecossistemas aquáticos e terrestres e sua segurança alimentar, essas mulheres tecem "redes" alternativas de poder que valorizam o cuidado no fazer político. Dessa maneira, suas formas de atuação se consolidam como elemento crucial na defesa dos territórios e na promoção de práticas mais justas e sustentáveis nos sistemas alimentares.

3.1.3 Articulações políticas interculturais

16 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

Com a participação da sociedade em diferentes níveis de governança, diferentes agendas políticas vêm convergindo como uma forma de superar a visão centralizadora Estado – ora preservacionista, ora desenvolvimentista – e de conter o esgotamento dos recursos naturais. Dessa forma, uma articulação importante para a agenda política da pesca artesanal em busca por justiça ambiental vem se estabelecendo junto às estruturas organizacionais ligadas ao meio ambiente. Nesse sentido, a partir do Decreto 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais, (BRASIL, 2007, as comunidades de pesca artesanal se consolidam no ordenamento político brasileiro como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas, gerados e transmitidos pela tradição.

Tais articulações estão especialmente relacionadas ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais, que tem como competência a promoção, sistematização e disseminação do conhecimento, por meio da pesquisa científica, o ordenamento e a análise técnica de dados, para a conservação da sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais, em apoio ao manejo das Unidades de Conservação Federais. Contudo algumas políticas ambientais ainda são construídas sem diálogo com as comunidades tradicionais afetadas, como se observa no processo de criação de algumas Unidades de Conservação de Proteção Integral (TALBOT, 2016).

No caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, como apontado por Alvite e Vasco Ferreira (2022), no ano de 2018 foram realizadas importantes mudanças institucionais no órgão responsável pela gestão do Parque, proporcionando um ambiente político interno favorável ao início de um diálogo construtivo com a comunidade tradicional de pesca artesanal visando à formalização de um acordo que estabelecesse regras para o uso dos recursos naturais e responsabilidades compartilhadas entre as partes como o Termo de Compromisso, além da criação de mecanismos de monitoramento participativo. A mudança no Termo de Compromisso da PARNA Lagoa do Peixe, envolveu a luta admirável de uma mulher pescadora pela inclusão do direito à continuidade da pesca artesanal. Incluindo institucionalmente o entendimento de que modo de vida tradicional envolve as mulheres pescadoras, suas famílias e seus meios de sobrevivência, fundamentado na conservação pelo uso, a autorização para comercializar o camarão dentro da UC. “A partir da garantia de voz para as mulheres pescadoras, todos os comunitários são representados, principalmente em questões voltadas à política pesqueira” (NETO, RODRIGUES e CANDEIAS; 2020)

Para além da estrutura governamental específica voltada para a pesca artesanal, é importante destacar uma significativa articulação feita com as redes de apoio governamental da agricultura familiar, viabilizada a partir da Política Nacional para a Agricultura Familiar, que inclui as comunidades de pesca artesanal entre os "beneficiários" (BRASIL, 2006). Essa política busca superar uma visão produtivista de

17 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

segurança alimentar, promovendo múltiplas agendas políticas sociais e ambientais que possibilitam a reformulação de estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Anteriormente, os beneficiários precisavam comprovar que se enquadravam na categoria "agricultor familiar" por meio do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), no entanto essa exigência foi reavaliada em 2023, resultando em uma flexibilização especificamente para os Povos e Comunidades Tradicionais para o acesso a algumas políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa flexibilização foi fruto da articulação ativa dessas comunidades, que buscavam garantir maior inclusão nas políticas públicas, respeitando suas especificidades e modos de vida. Outro exemplo é a construção do Plano Nacional de Promoção de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, que integra o uso sustentável e a conservação da biodiversidade com a geração de renda para os Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2009).

Nos relatos das interlocutoras, essas políticas são vistas como muito importantes para a valorização de seus produtos nos mercados locais, especialmente em regiões onde há falta de compradores. No entanto, o acesso a essas oportunidades é dificultado pela burocracia envolvida nas compras públicas, particularmente devido à fiscalização sanitária inadequada às especificidades do processamento do pescado artesanal, feito majoritariamente pelas mulheres pescadoras. Nesse contexto, as pescadoras passam a desempenhar um papel ainda mais determinante na promoção dos produtos da sociobiodiversidade ao se articularem junto a iniciativa do Ministério Público Federal que instituiu a Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Rio Grande do Sul da (Catrapovos - RS)³, para garantir seus direitos como comunidades tradicionais à alimentação escolar adequada aos seus processos próprios de produção e à sua cultura alimentar.

O histórico apresentado reflete parte da trajetória política das comunidades de pesca artesanal e seu engajamento em processos de resistência e transformação das estruturas políticas vigentes, que a partir de encontros interculturais, têm construído vínculos em defesa de seus territórios tradicionais, fundamentados no "direito dos povos" (LITTLE, 2002). Conforme o Representante Regional da FAO para a América Latina e o Caribe Julio Berdegué: "As pessoas engajadas na pesca e na aquicultura artesanais em pequena escala contribuem significativamente para a segurança alimentar, nutrição, redução da pobreza e uso sustentável dos recursos naturais" (FAO, 2021).

Nesse sentido, embora suas lutas e reivindicações territoriais para preservar o equilíbrio em seus modos de vida tradicionais, ancoradas em um paradigma que conecta os sistemas sociais e ecológicos de forma sustentável, as comunidades de pesca artesanal ainda enfrentam desafios em função de um paradigma de mercantilização da vida. Atualmente, principalmente diante de eventos climáticos extremos que ameaçam suas atividades produtivas e a segurança alimentar, as políticas públicas atuais ainda não oferecem mecanismos adequados de proteção social para essas comunidades (SOARES et al., 2014).

³ Seminário para a implementação da Catrapovos no Rio Grande do Sul.
<https://www.youtube.com/watch?v=sM6KkNAgR94>

18 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

Isso ressalta a importância da educação crítica, ancorada em realidades concretas, desenvolvida no interior da práxis dos movimentos sociais, para a garantia de direitos para além do texto normativo. Por meio de uma "imaginação epistemológica e democrática" para a ampliação das capacidades de transformação social (DE PAULA, 2018).

Desse modo, a seguir buscamos analisar no contexto de emergência climática vivido no Rio Grande do Sul em 2024 como os movimentos sociais que se articularam politicamente as comunidades de pesca artesanal se somam a essas estratégias de transformação social no âmbito do enfrentamento ao modelo do saber único, valorizando a constituição dos saberes na escala local.

3.2 Etnoecologia política no contexto de emergência climática

A Pesca artesanal na região é altamente diversificada, abrangendo uma ampla variedade de espécies e práticas de manejo artesanais de captura e pós-captura, enfatizando a íntima relação entre os modos de vida das comunidades tradicionais de pesca e os ecossistemas aquáticos e terrestres (PIEVE, 2009).

Nos sistemas alimentares analisados as pescadoras desempenham um papel central na conservação da biodiversidade. Verificou-se que: a) as pescadoras mantêm práticas artesanais de manejo de captura e pós-captura dos pescados baseadas no profundo conhecimento ecológico dos ciclos reprodutivos das espécies, adaptando a pescaria nos períodos de reprodução para que as populações de peixes permaneçam resilientes; b) as pescadoras fazem um trabalho constante de limpeza dos ecossistemas, a partir do recolhimento dos materiais não biodegradáveis que caem nas redes, bem como os equipamentos de pesca artesanal, como redes e armadilhas, que são reciclados pelas próprias pescadoras, o que tende a preservar os ecossistemas manejados; c) em relação à preservação e restauração da vegetação nativa em áreas alagáveis, as pescadoras enriquecem os juncais que funcionam como barreiras de proteção das margens das lagoas, ajudando a manter a conservação da diversidade de espécies e o equilíbrio ecológico.

A sazonalidade e as condições climáticas influenciam significativamente as atividades pesqueiras, destacando a importância dos conhecimentos e práticas tradicionais para a adaptação ao contexto das mudanças do clima. Assim, entende-se que as comunidades de pesca artesanal por dependerem da saúde dos ecossistemas costeiros, estão fortemente envolvidas na proteção desses ambientes contra a degradação e a poluição, também sendo fortemente impactadas por seus desequilíbrios. Desde setembro de 2023, as comunidades pesqueiras do sul do Brasil têm enfrentado grandes dificuldades devido aos eventos climáticos extremos como o impedimento das artes da pesca artesanal e perdas futuras pela ausência de pescado. Outros prejuízos também envolveram danos na estrutura das moradias, perda de móveis e eletrodomésticos, infraestrutura de produção (galpões, trapiches, estradas e pontes), barcos, motores, redes, petrechos de pesca e perdas na comercialização (EMATER, 2023).

19 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

Em maio de 2024, no Rio Grande do Sul, cerca de 20 mil famílias pesqueiras foram afetadas pelas enchentes, enfrentando novamente a invasão da água em seus territórios. Essa situação resultou em isolamento, insegurança alimentar e hídrica, levando muitas delas a depender completamente da solidariedade através de doações e aquisição de alimentos através das cozinhas comunitárias (Figura 8).

A campanha de solidariedade é apresentada em um formato de cartaz dividido em seções. No topo, há um logotipo circular e o título "CAMPAÑA DE SOLIDARIEDADE" em letras brancas sobre um fundo azul. Abaixo, um texto em azul e branco incentiva a contribuição para a luta das comunidades pesqueiras do Estuário da Lagoa dos Patos. Uma fotografia mostra um rio inundado com um sinal de "PEIXEI" e um barco encalhado. À direita, um mapa colorido do sul do Rio Grande do Sul indica as localidades afetadas: São Lourenço do Sul (cinza), Pelotas (verde) e Rio Grande (laranja). Um ícone de seta aponta para "LOCALIDADES". No canto inferior direito do mapa, há uma escala de 0 a 20 km e informações técnicas sobre o mapa. Abaixo do mapa, um texto afirma que a campanha atende cerca de 25 comunidades pesqueiras diretamente atingidas. Na base, há uma chave PIX para doações e o nome da organização: Colônia dos Pescadores Z3, Pelotas/RS - Banco SICRED, acompanhada por um pequeno logotipo circular.

CAMPAÑA DE SOLIDARIEDADE

Contribua com a luta das **COMUNIDADES PESQUEIRAS do ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS** na recuperação dos seus territórios!

Chave PIX para doações: 53 984860681
Nome: Colônia dos Pescadores Z3
Pelotas/RS - Banco SICRED

A campanha atende **cerca de 25 comunidades pesqueiras** do sul do Rio Grande do Sul, diretamente atingidas pelas inundações.

Figura 8. Campanha de Solidariedade organizada pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP)

Além disso, os pescadores e pescadoras tiveram um papel fundamental nos momentos mais críticos nas enchentes, trabalhando e guiando equipes de resgate, colaborando com voluntários na distribuição de mantimentos, emprestando seus equipamentos e colocando suas vidas em risco em prol de suas comunidades e outras. Essa força e disposição inspirou a produção do documentário "Redes que salvam: histórias de pescadores em uma enchente" produzido pela Emater/RS-Ascar que teve sua estreia no Espaço da Emater/RS-Ascar na 47ª Expointer, e está disponível no canal no YouTube da @EmaterRS (Figuras 9 e 10). Sendo produzido como uma forma de reconhecimento e homenagem da sociedade pela ação solidária que desempenharam. "Foram vítimas diretas, tiveram suas casas atingidas, suas embarcações, seus petrechos e redes

20 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

perdidas. Mesmo assim, saíram de casa e foram resgatar outras vidas.” disse o coordenador da produção audiovisual James Diego Roth.



Figuras 9 e 10 : Cenas do Documentário “Redes que salvam: histórias de pescadores em uma enchente”

Fonte: Canal no YouTube da EmaterRS

No contexto da catástrofe climática, manifestações escritas também foram a público se somando aos argumentos das comunidades que demandam do Estado ações políticas

21 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

além da distribuição de cestas básicas, mas também acesso aos auxílios emergenciais e participação na formulação de políticas públicas para a reconstrução de seus territórios. Além do documentário destaca-se a Carta Aberta da Rede Solidária em Defesa da Pesca Artesanal no Bioma Pampa e a Carta das Agroflorestas e Soluções Baseadas na Natureza, bem como a criação da Rede Solidária de Defesa da Pesca Artesanal do Bioma Pampa, como formas de manifestações políticas que reconhecem o papel do conhecimento ecológico local dos pescadores e das pescadoras e de seus modos de vida tradicionais na conservação e fortalecimento da resiliência dos sistemas alimentares.

A Rede Solidária de Defesa da Pesca Artesanal do Bioma Pampa foi criada em função da falta de apoio às comunidades de pesca artesanal nas enchentes de novembro de 2023, exigindo assistência por parte dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela pesca. Com a intenção de fortalecer tal demanda, a articulação da “Carta Aberta da Rede Solidária em Defesa da Pesca Artesanal” (Figura) se direciona aos ministros Rui Costa, da Casa Civil, Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, e Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação Social e da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, reunindo assinaturas pela Rede, Federação dos Pescadores e Aquicultores do Rio Grande do Sul, Fórum da Lagoa dos Patos, nove colônias de pescadores e mais 16 associações e entidades do Estado ligadas à pesca artesanal.

Incluindo a articulação da Rede Solidária de Defesa da Pesca Artesanal do Bioma Pampa em seu texto, a Carta das Agroflorestas e Soluções Baseadas na Natureza também soma-se a essas demandas (Figura 11). Tendo seu conteúdo apoiado através da assinatura de mais de 450 instituições e 5000 assinaturas de pessoas físicas, A “Carta das Agroflorestas” representa uma iniciativa de reunir instituições para apoiar os sistemas agroflorestais entre outras soluções baseadas na natureza, destacando a importância dos saberes e práticas tradicionais e da inovação como um passo significativo na construção de alternativas viáveis de mitigação e adaptação às mudanças do clima. Especificamente no que diz respeito às comunidades tradicionais de pesca artesanal, a carta das Agroflorestas reconhece os conhecimentos dos pescadores e das pescadoras artesanais no enfrentamento às emergências climáticas, e propõe um programa de segurança ambiental de seus territórios, com o desenvolvimento de moradias adaptadas aos ciclos hidrológicos.

Na Carta das Agroflorestas e Soluções Baseadas na Natureza também pode-se destacar a proposta do Programa de reconstrução e resiliência dos Territórios Tradicionais:

“Um programa voltado aos territórios tradicionais, construído por meio do diálogo de saberes, considerando o seu reconhecimento, garantia de moradia segura, segurança alimentar, hídrica e energética, bem como a construção da segurança ambiental dos territórios frente às mudanças climáticas, por meio da restauração ecológica e soluções baseadas na natureza, considerando as especificidades dos ecossistemas em que estão inseridos”

Atualmente, tal iniciativa vem se constituindo como um movimento social identificado a partir do “Fórum Permanente para Articulação de Agroflorestas e Soluções Baseadas na Natureza”, envolvendo povos e comunidades tradicionais, instituições de ensino, ciência e tecnologia. O Fórum também vem levando o compromisso coletivo escrito na

22 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

carta a diversas instâncias de decisão e debate político, como o evento “Porto Alegre e o Plano Clima” sendo entregue diretamente à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. Também sendo articulada na Casa da Emater durante a 47ª Expointer, a carta foi entregue ao Ministro Paulo Pimenta.



Figura 11. Capa e diretrizes da Carta das Agroflorestas e Soluções Baseadas na Natureza

Fonte: Site da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dessa forma pode-se entender que as comunidades de pesca artesanal, através das formas de articulação política apresentadas que refletem uma parcela de suas estratégias de resistência, nos momentos de emergência climática ganham ainda mais relevância, sendo reconhecidas como protagonistas que inspiram mudanças profundas na sociedade. Assim, suas mobilizações não apenas se somam ao histórico de luta em defesa de seus territórios e modos de vida, mas também desafiam ativamente o paradigma dominante de mercantilização da vida. De modo que, ao oferecer alternativas baseadas em seus conhecimentos tradicionais, as comunidades de pesca artesanal desempenham um papel crucial na transição dos sistemas alimentares.

4. Conclusão

O estudo apresentou uma abordagem sensível às nuances da pesca artesanal no Sul do Brasil, possibilitando compreender que as comunidades de pesca artesanal estão engajadas em diferentes formas na conservação da biodiversidade, sendo reconhecidas em manifestações públicas de diferentes setores da sociedade, para além do meio

23 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

acadêmico, pelo papel central de seus conhecimentos ecológicos locais no enfrentamento da emergência climática. Desse modo, foi possível concluir que a etnoecologia tem se fortalecido entre as estratégias políticas para a pesca artesanal, orientando as relações entre indivíduos e grupos, para fortalecer suas demandas nas arenas públicas em prol da defesa de seus territórios e por justiça ambiental.

A análise a partir da etnoecologia política, no contexto de emergência climática, evidenciou aspectos institucionais e das organizações sociais da pesca artesanal que revelaram a necessidade de fortalecimento da governança, para aprimorar o diálogo com as comunidades de pesca artesanal e possibilitar a construção eficaz de políticas públicas proteção social e de reconstrução de seus territórios para adaptação às mudanças climáticas. Nesse sentido, a educação ambiental crítica deve ser fundamental para a continuidade dos modos de vida tradicionais e a resiliência dos sistemas alimentares da pesca artesanal no Sul do Brasil.

Agradecimentos

As autoras agradecem às pescadoras que compartilharam seus conhecimentos para a realização deste trabalho e à CAPES pela bolsa de estudos da primeira autora.

Referências

- ALIER, J. Martínez. El ecologismo popular. **Ecosistemas**, v. 16, n. 3, 2007.
- ALMADA, Emmanuel Duarte; SANCHEZ, Emiliano Patrício. ETNOBIOLOGÍA POLÍTICA: DE LA ANTROPOLOGÍA COGNITIVA HACIA LA DEFENSA DE LA PLURIVERSALIDAD. **Ethnoscintia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, v. 9, n. 1, p. 31-52, 2024.
- ALVITE, Carolina; FERREIRA, IARA VASCO. TERRITÓRIO DE LUTO DE PESCADORES ARTESANAIS TRADICIONAIS NO PARQUE NACIONAL DA LAGOA DO PEIXE. Éguas: **Revista de Geografia e Etnociências**, v. 4, não. 1 pág. 7-18, 2022.
- BARBOSA, Lia Pinheiro; BUSTAMANTE, Mercedes Olivera; CISNEROS, Araceli Calderón. O histórico caminhar das mulheres indígenas e camponesas na defesa dos territórios e dos bens comuns na América Latina. **O Público e o Privado**, v. 18, n. 35 jan/abr, 2020.
- BEGOSSI, Alpina; CLAUZET, Mariana; DYBALL, Robert. Comunidades Pesqueiras, Etnoecologia, Ecologia Humana e Segurança Alimentar: uma revisão de conceitos, modelos e ensino. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 22, n. 1, p. 574-590, 2015.
- BRASIL. Lei nº 9985/2000, de 16 de maio de 1988. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.. Brasília: D.O.U., 2000.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília DF,

24 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

BRASIL. Decreto n. 6040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: DOU de 08/02/2007.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Brasília. 2009.

BRITO, Carmem I. **Uma abordagem sócio histórica do movimento de pescadores e pescadoras artesanais brasil (MPP)**. 2016. Tese de Doutorado. Tese-PPG em Sociologia Política-Centro de Ciências do Homem-UENF Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes-RJ. 2016

BULLARD, Robert. Environmental justice in the 21st century. **Debating the earth**, p. 3222-3356, 2005.

CEPAL, NU et al. **Perspectivas para a agricultura e o desenvolvimento rural nas Américas: um olhar sobre a América Latina e o Caribe 2021-2022**. 2021.

COELHO-DE-SOUZA, G. P.; BASSI, J. B.; PIEVE, S. M. N.; SILVEIRA, T. C. L.; VENZON, R.; TOSS, L.; MELLO, R.; KUBO, R. R. Contribuição da etnoecologia para o desenvolvimento de um sistema de gestão colaborativo dos recursos naturais por comunidades ribeirinhas da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, 2007.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. O PANexus e o Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. In: COELHO-DE-SOUZA G. et al. (orgs). **Conservação da biodiversidade e modos de vida sustentáveis nas lagoas do Sul do Brasil: a experiência de um plano de ação com enfoque territorial**. Porto Alegre: UFRGS / PGDR. 213p. 2020

DA SILVA, Vera Lúcia; DE AGUIAR, Olga Maria Boschi. Pesca artesanal e gênero: políticas públicas para o reconhecimento jurídico do trabalho da mulher pescadora no litoral de Santa Catarina-Brasil. **Revista Opinião Jurídica** (Fortaleza), v. 9, n. 13, p. 355, 2011.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografia (s) da pesca artesanal brasileira**. 2018. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências. UFRGS 2018. 451 f. (Programa de Pós-graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Año Internacional de la Pesca y la Acuicultura Artesanales 2022**. Transmitido ao vivo em 19 de nov. de 2021 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TzTR2dvKZng&t=1283s>>

FLORES, Mariana Gurbindo et al. **Vulnerabilidade socioambiental e saúde da mulher em comunidades de pesca artesanal de Cabo de Santo de Agostinho e Ipojuca**, Pernambuco. 2022. Tese de Doutorado.

GARCÍA, Paola Bolados et al. Ecofeminizar el territorio. La ética del cuidado como estrategia frente a la violencia extractivista entre las Mujeres de Zonas de Sacrificio en Resistencia (Zona Central, Chile). **Ecología Política**, p. 81-86, 2017.

HELLEBRANDT, Luceni et al. Avaliação de políticas públicas aplicadas à pesca artesanal no Brasil. **ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS**, v. 6, 2012.

25 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

HELLEBRANDT, Luceni; RIAL, C. S.; LEITÃO, M. R. F. A. Pesca e gênero: reconhecimento legal e organização das mulheres na Colônia Z3 (Pelotas-RS-Brasil). **Vivência-Revista de Antropologia**, n. 47, p. 123-136, 2016.

KAGEYAMA, Paulo Y.; DOS SANTOS, João Dagoberto. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. **Revista Faac**, v. 1, n. 2, p. 179-192, 2011.

LAIRD, S. AND POSEY, D. Professional society standards for biodiversity research: codes of ethics and research guidelines. In: Laird, S. (Ed.). **Biodiversity and Traditional Knowledge**. London: Earthscan Publications, 2012.

LATOURE, Bruno et al. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014.

LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina. Un campo en construcción. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 5, 2003.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, p. 33-52, 2002.

LITTLE, Paul E. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: **Contra Capa**, p. 39-47, 2002b.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, v. 12, p. 85-103, 2006.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia et al. Mulheres na atividade pesqueira no Brasil. Campos dos Goytacazes: **EDUENF**, 2019.

MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de. **A influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas: o caso da pesca artesanal do rio São Francisco**. 2006. 369 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

MIGUEL, Lovois de Andrade; MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Abordagem sistêmica e sistemas agrários. In: **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. p. 13-40, 2009.

MORAES, Ana Paula de. **Desafios da pesca artesanal em reservatórios para a segurança alimentar e nutricional**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

NETO, Ivo Raposo Gonçalves Cidreira; RODRIGUES, Gilberto Gonçalves; CANDEIAS, Ana Lúcia Bezerra. Pesca Artesanal: identidade e representatividade da mulher pescadora. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 13, n. 42, p. 62-76, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção n° 169** sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Brasília: OIT, 2011. 48p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso 17 mai 2022.

PIEVE, Stella Maris Nunes et al. Pescadores da Lagoa Mirim. Etnoecologia e resiliência. **MDA** 2009.

SABATIER, Paul A. Theories of the Policy Process. **Imprensa Westview**, 2007

26 A PESCA ARTESANAL NO ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RESILIÊNCIA DOS SISTEMA ALIMENTARES NO SUL DO BRASIL

SACRAMENTO, Elionice. 10 Água: ambiente livre para saúde dos pescadores e pescadoras do Brasil. **SaúdeAmbiente**, p. 139, 2015.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos-Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Editora Peirópolis LTDA, 2005.

SANTORO, Flávia Rosa et al. A etnobiologia política no Brasil e o empoderamento de povos indígenas e comunidades locais. In: **Etnobiologia E Gestão De Recursos Da Sociobiodiversidade**, p. 85.

SANTOS, Laís Corrêa dos. **A sociobiodiversidade na escola: potencial para inserção de produtos da pesca artesanal na alimentação escolar**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso - (Bacharelado em Nutrição) - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2024.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta pela soberania e segurança alimentar. **Pensamento Ibero-Americano**, n. 9, pág. 169-183, 2011.

SILVEIRA, Mari Audrei Silveira da. **Os impactos da política pública ambiental Lei da Pesca Sustentável (Lei nº 15.223/2018) no setor pesqueiro do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul**. 2022.66 f. Trabalho de Conclusão (Licenciada em Educação do Campo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Tramandaí, 2022.

SOARES, Janaina Maria Ferreira et al. Mecanismos de proteção social frente às mudanças climáticas: uma análise sobre os pescadores artesanais na Lagoa dos Patos/RS. In: **V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Belo Horizonte/MG**, 24 a 27/11/2014, 2014.

TALBOT, Virgínia. **Termos de Compromisso: histórico e perspectivas como estratégia para a gestão de conflitos em unidades de conservação federais**. 2016. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação)– Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

TSING, Anna. Unruly edges: mushrooms as companion species: for Donna Haraway. **Environmental humanities**, v. 1, n. 1, p. 141-154, 2012.

Recebido em: 20/08/2024

Aprovado em: 21/09/2024

Publicado em: 28/09/2024